

A GUERRA NA POLÍTICA GREGA, FORMAS DE COMBATE E CONSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA GRÉCIA ANTIGA¹

Fábio Vergara Cerqueira²

Ricardo Barbosa da Silva³

RESUMO

No decorrer da história, a guerra é e foi um importante definidor cultural, e, nesse aspecto, veremos como as constituições políticas das principais *póleis*⁴ gregas foram influenciadas pelo caráter guerreiro de suas sociedades. Veremos ainda como as formas de combate fizeram surgir duas formas de constituição antagônicas, a democracia e a oligarquia.

Palavras chaves: Grécia, guerra, política, cultura.

ABSTRACT

Throughout history, war is and was an important cultural definer, and in that respect, we will see how the political constitutions of the main Greek *póleis* were influenced by the warlike character of their societies. We'll see how even forms of combat have raised two antagonistic forms of constitutions, democracy and oligarchy.

Keywords: Greek, war, policy, culture.

¹ Este artigo resulta da comunicação apresentada durante a XIII Jornada de História Antiga, e é produto da pesquisa de iniciação científica no âmbito do curso de Licenciatura em História da UFPel.

² Doutor em Antropologia, concentração em Arqueologia Clássica. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro-coordenador do Laboratório de Estudos da Cerâmica Antiga (LECA) e do Polo Interdisciplinar de Estudos do Mundo Antigo (POIEMA). Professor permanente do Doutorado e Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Professor permanente do Mestrado em História. fabiovergara@uol.com.br.

³ Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro do Polo Interdisciplinar de Estudos do Mundo Antigo (POIEMA). Monitor de História Antiga (2012). riiicardobs@hotmail.com

⁴ Conforme Funari (2008, p.20), “o que chamamos de mundo grego era formado por uma pletora de cidades autônomas, as *póleis*”.

1. A IMPORTÂNCIA DA GUERRA NA HISTÓRIA POLÍTICA E CULTURAL

Nas cidades-Estados gregas, a guerra não foi simplesmente uma extensão da política, como pensava Carl von Clausewitz (apud. KEEGAN, 2006, p.18); na verdade, a guerra mudou a política, criando vários modelos de constituições, sendo os mais proeminentes e mais lembrados pela História os modelos de Estado democrático, de Atenas, e oligárquico, de Esparta.

O presente trabalho tem por objetivo analisarmos a evolução das formas de combate no mundo grego, desde o final do período micênico até a consolidação da *pólis*, e traçar um paralelo entre a formação das constituições políticas oligárquicas e democráticas, demonstrando as transformações que ocorriam *pari passo* entre guerra, cultura e política. Ainda, utilizaremos as cidades gregas de Atenas e Esparta como exemplos da evolução destas constituições políticas, antagônicas sob o aspecto militar intrínseco em cada uma delas.

Alguns teóricos da guerra, como o britânico John Keegan e o brasileiro Demétrio Magnoli, discordando da interpretação de Clausewitz, definem a guerra como uma forma de expressão cultural. Segundo Keegan (2006, p.30), a guerra “é sempre uma expressão de cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura”, e, como determinante cultural, teria moldado as formas políticas das cidades-Estado gregas. Magnoli (2008:14) corrobora esta visão de Keegan, ao dizer que “a guerra é um fenômeno total, uma expressão condensada das formas de pensar, produzir e consumir das sociedades, o espelho de um tempo e lugar”.

Dialogando com Keegan e Magnoli, Pedro Paulo Abreu Funari enxerga a atividade bélica como de fundamental importância na vida cultural grega, pois, “num mundo de cidades gregas muitas vezes rivais, a guerra era uma atividade não apenas corriqueira, como essencial” (FUNARI, 2008, p.22), ou seja, a vida da *pólis*, de maneira geral, dependia de sua capacidade militar. Os próprios helenos já tinham uma visão sobre a guerra muito presente,

quando o filósofo Heráclito (Fr. 53), cujo pensamento floresceu em torno de 500 a.C., a expressou na célebre frase *pólemos patér pantôn* (“a guerra é o pai de todas as coisas”), logo, não podemos de forma nenhuma pensar em cultura, ou mesmo na política grega, sem fazermos uma análise sobre como a guerra e as formas de combate a influenciaram, pois, conforme ainda Magnoli, a guerra é um objeto importante de investigação⁵.

2. FORMAS DE GUERRA E CONSTITUIÇÕES DO PERÍODO MICÊNICO À FORMAÇÃO DA PÓLIS

Durante o período micênico (século XIV a XII a.C.), a Grécia continental era dominada pelos palácios, sobretudo no Peloponeso, de seu entorno aparecendo os primeiros nucleamentos urbanos (ainda durante o período creto-micênico).

A vida girava em torno dos palácios, que tinham caráter militar, político, administrativo, econômico e religioso. O administrador do palácio era o *ánax*, rei soberano que detinha diversos poderes e atribuições, inclusive religiosos; o segundo homem do palácio era o chefe do *laós*, o representante da aristocracia militar na qual o rei se apoiava (VERNANT, 2002, p.24-35). A força desse grupo de guerreiros estava na adoção do carro de guerra como meio de violência. A invenção da biga levou “ao surgimento do grupo de guerra sobre carros, guerreiros que monopolizaram o uso de seus veículos especializados e extremamente caros, junto com as armas complementares como o arco composto” (KEEGAN, 2006, p.211).

⁵ “Na tradição européia, a guerra não é um desvio, e sim uma etapa do fluxo incessante das relações internacionais. Essa visão, realista e cínica, forjada na geografia das rivalidades dinásticas e das disputas por territórios, não exclui o horror diante do sofrimento. Mas ela opera na moldura filosófica construída por Maquiavel, que separa a moral política da moral comum. Guerra é história. Guerra é cultura (...) A teoria da guerra nasceu praticamente com a guerra verdadeira. No seu verso inicial, Sun Tzu constata: “A arte da guerra é de importância vital para o Estado. É a província da vida ou da morte; o caminho à segurança ou à ruína. Portanto, é um objeto de investigação que não pode, sob nenhuma circunstância, ser negligenciado.” Eis o reconhecimento da guerra como componente intrínseco da política, ou seja, como fenômeno “normal” na vida das sociedades e dos Estados e, portanto, suscetível à análise racional.” (MAGNOLI, 2008, p.11)

Jean Pierre Vernant relaciona a utilização dos carros de guerra e o fortalecimento do guerreiro nesta sociedade:

“Exigindo uma aprendizagem difícil, a técnica do carro deve ter reforçado a especialização da atividade guerreira, traço característico da organização social e da mentalidade dos povos indo-europeus. Por outro lado, a necessidade de dispor de uma reserva numerosa de carros para concentrá-los no campo de batalha supõe um Estado centralizado, suficientemente extenso e poderoso”. (VERNANT, 2002, p.18)

Aristóteles faz remontar essa “primeira” forma de governo a uma “monarquia dos tempos heróicos”:

“Os primeiros monarcas foram os benfeitores do povo pelas artes que lhe trouxeram, pela guerra que travaram por ele, pelo cuidado que tiveram de reuni-lo ou pelo território que lhe consignaram. Aceitos como reis, transmitiram por sucessão sua coroa à posteridade. Possuíam a superintendência da guerra e dos sacrifícios que não os da alçada dos sacerdotes”. (ARISTÓTELES, 2006, p.111)

Ao final daquela época, em torno do final do século XII, os palácios foram destruídos, mas a forma de organização política permaneceu viva nas primeiras monarquias do período homérico⁶. Esta primeira experiência de organização política militarista foi a base de onde mais tarde surgiram outras constituições, não mais na figura do *ánax* (o soberano micênico) e seu conselho de guerreiros, mas sim em uma esfera mais baixa de poder da antiga hierarquia dos palácios micênicos, agora passando a se assentar na figura do *basileús* e o conselho de anciões que o auxiliava.

“Mais precisamente o desaparecimento do *ánax* parece ter deixado subsistir lado a lado as duas forças sociais com as quais seu poder devia ter se harmonizado: de um lado as comunidades aldeãs, de outro uma aristocracia guerreira (...); não é

⁶ O período homérico é compreendido entre os séculos XII e VIII a.C.

suficiente dizer que no curso desse período a realeza se vê despojada na Grécia de seus privilégios e que, mesmo onde subsiste, cede de fato o lugar a um estado aristocrático”. (VERNANT, 2002, p.43)

O *basileús*, que dentro da hierarquia dos palácios, era apenas um vassalo do *ánax*, no período homérico passa de senhor de terras a governante, sendo auxiliado – como o *ánax* o era pelo *laós* – por um conselho de anciãos, a *gerousía* (VERNANT, 2002, p.33-34). Todavia, devemos lembrar que a grande massa da população ficava de fora da tomada das decisões políticas e militares. Conforme Vernant (2002, p.34):

“Os simples aldeões, homens do *dêmos* no sentido próprio, que fornecem ao exército os peões e que, para retornar a fórmula homérica, não são mais considerados no Conselho que na guerra, formam no melhor dos casos os espectadores, escutam em silêncio os qualificados para falar e não expressam seus sentimentos senão por um rumor de aprovação ou descontentamento.”

A partir daí, começamos a perceber o lento surgimento de outras estruturas governamentais dentro do mundo grego, que culminarão, num processo que se adensa do século VIII em diante, na *pólis*⁷, a cidade-Estado grega, e em uma das grandes características da Grécia antiga, o universo *políade*. Dentro dessas mudanças políticas, vemos, na forma de se guerrear, o declínio da técnica dos carros de combate e a ascensão da cavalaria como nova força bélica.

“A técnica do carro desapareceu com tudo que implicava centralização política e administrativa; mas por isso o cavalo não assegurara menos ao seu possuidor uma qualificação guerreira excepcional; os *Hippeis*, os *Hippobotes* definem uma elite militar ao mesmo tempo que uma aristocracia da terra; a imagem do cavaleiro associa o valor ao combate, o brilho do nascimento, a riqueza de bens de raiz e a participação de direito na vida pública.” (VERNANT, 2002, p.49)

7

Vernant situa o advento da *pólis* entre os séculos VIII e VII a.C.(VERNANT, 2002, p.53).

Uma nova revolução na arte de se fazer a guerra, percebida à partir do século VI a.C., modificou a política grega, permitindo àqueles aldeões pequenos proprietários de terra, antes renegados a simples observação, a possibilidade de participar na vida pública da cidade.

3. NOVA FASE: A REVOLUÇÃO HOPLÍTICA

Surge ainda, uma nova forma de se combater, que mudaria os paradigmas culturais, militares e políticos: a revolução hoplítica. Uma caracterização desta mudança bélica nos é fornecida por Funari (2008, p.23):

“A arte da guerra, na Grécia antiga, passou por transformações importantes e duradouras a partir do século VII a.C., em parte por influência dos modelos orientais, talvez dos assírios à época do rei Tiglat Pilese (745-727 a.C.), quando chegaram à Síria e à costa do Mediterrâneo. Como quer que seja, é certo que nos séculos VI e V a.C. a tática de guerra em terra era a hoplítica. O exército era composto por infantaria bem armada, com lança e espada, para o ataque, e armadura defensiva, com corpete, braçadeiras, elmo fechado e largo escudo redondo, chamado *hóplon* – daí o nome hoplítico. Os soldados lutavam em formação cerrada, escudo ao lado de outro escudo, como uma falange, numa série de fileiras. A fileira dianteira avançava e tentava empurrar o inimigo e as fileiras traseiras sustentavam e davam força ao avanço.”

Sabemos que nessa forma de combate, conforme Dario Testi (2012, p.22), estabelecendo um diálogo com Funari, “o guerreiro é protegido pelos escudos dos companheiros e pode avançar lentamente contra o adversário, como um rolo compressor armado de lanças e defendido por um muro de bronze”, sendo a batalha definida na ala direita das falanges, pois “todos os exércitos tendem a ala direita a avançar sobre a ala esquerda inimiga” (TUCÍDIDES, V.71), logo, era nessa zona que tendiam a colocar seus melhores soldados.

Nessa nova forma de guerrear, o escudo era o principal símbolo da infantaria pesada grega e também o definidor do guerreiro hoplita (o ‘portador do *hóplis*’), de sorte que a panóplia⁸ dos inimigos mortos em batalhas era oferecida aos deuses como oferenda – e, de tão cara que era, deveria ser uma homenagem muito apreciada (TESTI, 2012, p.23-25), sendo o escudo a peça do armamento mais frequentemente dedicada aos deuses (PONTIN, 2012, p.62).

A aristocracia governante começou a perder seu poder, tendo de admitir o *hoplítēs* (soldado-cidadão) no cenário político da *pólis* e de dividir suas prerrogativas militares em favor desta nova “classe”, que se organiza através da participação no exército da cidade. Como nos relata Vernant (2002, p.66-67):

“O aparecimento do hoplita, pesadamente armado, combatendo em linha, e seu emprego em formação cerrada segundo o princípio da falange dão um golpe decisivo nas prerrogativas militares dos *híppeis*. Todos os que podem fazer as despesas de seu equipamento de hoplitas – isto é, os pequenos proprietários livres que formam o *démos*, como são em Atenas os zeugitas –, acham-se colocados no mesmo plano que os possuidores de cavalos.”

Percebemos aí a mudança de paradigmas no seio militar, que viriam a transformar com o decorrer do tempo as constituições políticas das *póleis* gregas. É no exército que o corpo político dos cidadãos se fundamenta, assim como a aristocracia guerreira em épocas anteriores.

“A falange faz do hoplita, assim como a cidade faz do cidadão, uma unidade permutável, um elemento semelhante a todos os outros, e cuja *aristeia*, o valor individual, não deve jamais se manifestar senão no quadro imposto pela manobra de conjunto, pela coesão de grupo, pelo efeito de massa, novos instrumentos da vitória. Até na guerra, a *Eris*, o desejo de triunfar do adversário, de afirmar sua superioridade sobre outrem, deve submeter-se à *Philia*, ao espírito da comunidade; o poder dos indivíduos deve inclinar-se diante da lei do grupo.” (VERNANT, 2002, p.67-68)

⁸ Como nos informa Pontin, a panóplia grega era de bronze, formada por perneiras, couraça, escudo, elmo,

A revolução hoplítica permitiu que mais gregos adquirissem direitos políticos, todos aqueles que eram capazes de se armar e lutar nos exércitos da cidade passam a adquirir o título de cidadão. A guerra e formação militar necessária para a defesa da *pólis* tornou-se definidor das subjetividades dos cidadãos gregos.

4. A GUERRA E A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DA *PÓLIS*

Aristóteles, que viveu de 384 a 322 a.C., nos diz que para se chegar ao governo perfeitamente constituído, seria preciso fazer a diferenciação necessária entre os cidadãos e o restante da população da cidade.

“É claro que num Estado perfeitamente constituído que não admita como cidadãos senão pessoas de bem, não apenas sob certos aspectos, mas integralmente virtuosos, não devemos contar entre os cidadãos aqueles que exercem profissões mecânica ou comerciais, sendo mesmo os lavradores, pois é preciso mais lazer do que eles têm para adquirir virtudes e para o exercício dos cargos civis.” (ARISTÓTELES, 2006, p.98)

Neste sentido, cada vez mais a guerra estará presente na formação dos cidadãos, pois sua própria condição de cidadão e direitos políticos estão baseados na sua capacidade de combater, logo não é de nos surpreender que a preparação para a guerra fosse norteadora em vários campos da sociedade grega. Como Funari (2008, p.22) nos expõe, “a luta era elemento central na educação dos meninos gregos, e a guerra constituía tanto parte integrante da vida em sociedade, como atividade essencial para definir as subjetividades, para a formação dos indivíduos e dos coletivos humanos”.

É importante que tenhamos ressalvas quanto ao que Aristóteles acredita serem os melhores cidadãos, tendo em vista que ele está buscando a melhor constituição possível,

nem sempre muito atrelado a sua realidade; porém, podemos tirar como base de seu discurso o olhar aristocrático sobre as camadas sociais mais baixas, chegando até ao ponto de podermos enxergar um viés oligárquico de visão das classes dominantes. Contudo, devemos observar que quando este fala sobre a especialização das funções dos cidadãos, mostrando que os cidadãos mais jovens devem primeiramente exercer as funções da guerra, após assumir as magistraturas, e, mais tarde, gozar da tranquilidade da vida ministerial, de certo modo está expressando acontecimentos de seu tempo, já que ele mesmo admite isto: “esta necessidade de dividir o Estado em classes diversas, segundo a variedade das funções, e de separar os homens de guerra dos lavradores, não é uma invenção de hoje, nem um segredo recém-descoberto pelos filósofos que se ocupam da política” (ARISTÓTELES, 2006, p.100).

Sabe-se que Aristóteles amadureceu em um contexto de pós-guerra do Peloponeso, um conflito de grandes proporções, onde estiveram envolvidas as principais cidades gregas e, ademais, o mundo grego como um todo. De acordo com Funari (2008, p.20), “a Guerra do Peloponeso pode ser definida como a disputa entre Atenas e seu império contra Esparta, Tebas, Corinto e outros membros da Liga do Peloponeso, entre 431 e 404 a.C.”.

5. ESPARTA E ATENAS: OLIGARQUIA X DEMOCRACIA

Atenas e Esparta foram duas cidades antagônicas, a primeira era uma cidade emergente, voltada para o comércio e em franca expansão; a segunda, conservadora, fechou-se para o mundo de forma que de cidade mais avançada tornou-se a mais arcaica das *póleis*. Apesar de tais diferenças, estas foram as principais cidades-Estado gregas, de modo que o choque de suas ideologias culminou em uma das principais, se não a principal, guerra travada entre os próprios gregos.

Localizada na Lacônia, no sudeste da península do Peloponeso, Esparta, segundo a tradição, fora colonizada pelos dórios, povo guerreiro que, ao se estabelecer na região da

Lacedemônia, dominou os povos ali estabelecidos, vindo ainda a conquistar a fértil região da Messênia após guerras que duraram vinte anos (940-920 a.C). A sociedade espartana aperfeiçoou o sistema de guerra terrestre grego. Segundo Xenofonte (*Constituição dos Lacedemônios*, 1:2), teria sido o mítico legislador Licurgo que instituía ali as leis que tornariam a Lacedemônia próspera e eminentemente bélica. Contudo Plutarco (*Vida de Licurgo*, 1) nos expressa claramente que não há certeza se o grande legislador espartano realmente teria sido um homem, vários, ou mesmo um título, baseando sua existência apenas na tradição.

Sobre esta prosperidade militar, Keegan nos diz que:

“Enquanto Esparta aperfeiçoava as armas, táticas e organização militar que iriam dominar a arte da guerra terrestre entre os gregos, outros Estados, especialmente Atenas, tornavam-se potências navais e construíam os navios com que competiriam pelo controle do Egeu e do Mediterrâneo oriental com os persas e seus súditos povos do mar.” (KEEGAN, 2006, p.315)

Atenas tomara um caminho diferente de Esparta. Como nos relatou Keegan, acima, sua autonomia mostrava-se no mar. Localizada na península da Ática, Atenas, hegemônica, unificou esta região, pois todos ali se consideravam atenienses e tinham direitos políticos na cidade, diferentemente do que ocorrera em Esparta, que, ao dominar os messênios, fez deles habitantes de segunda classe, submetidos, numa hierarquia social e política, à autoridade do cidadão lacedemônio. Voltados para o comércio e combate marítimo, os atenienses passaram por uma nova revolução na forma de se guerrear, que trouxe consigo implicações políticas muito importantes para o desenvolvimento da democracia, posto que o grande poderio naval ateniense permitiu que as camadas mais baixas da população, que serviram na frota de trirremes⁹, adquirissem poder, destarte incentivando a democracia (SIDEBOTTOM, 2012, p.61).

⁹ “A trirreme grega (em grego, *triērēs*, em latim, *triremis*) é o navio de guerra mais conhecido da Antiguidade clássica (...) seja quando ou onde tenha aparecido pela primeira vez, é certo que a trirreme dominou a batalha

“No mundo antigo, ter uma frota grande não necessariamente terminava em democracia – a *pólis* naval de Rodas permaneceu oligárquica –, mas é preciso considerá-lo um fator que contribui para a ascensão da democracia ateniense. Pode ver-se a “Revolução das Trirreme” de Atenas como o reverso da mais geral “Revolução dos Hoplitas”.” (SIDEBOTTOM, 2012, p.61)

Como máximos expoentes, tanto da democracia como da oligarquia, Atenas e Esparta (respectivamente) tiveram uma grande influência na propagação destas ideologias, haja visto que também eram as principais *pólis* do mundo grego, sendo, inclusive, líderes de suas alianças.

6. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da guerra e da política deu-se de forma conjunta: quando havia alterações substanciais em uma, logo a outra também mudaria na mesma proporção, conduzindo os gregos de forma mais ou menos harmônica (em relação às formas de combate, política e cultura) até o surgimento da *pólis*. A partir de meados do século VI, a Grécia entrou numa disputa ideológica, aguçada nos dois séculos seguintes: oligarquia x democracia.

A oligarquia e a democracia foram as principais constituições políticas surgidas na Grécia Antiga, sendo Esparta e Atenas, respectivamente, suas maiores representantes, seja porque estas duas cidades foram onde as “revoluções” serviram de exemplo para o mundo grego, ou por encabeçarem os dois lados ideológicos da Guerra do Peloponeso. O certo é que tanto uma cidade quanto a outra foram muito importantes, ou melhor, paradigmáticas, para o desenvolvimento da guerra e da política no mundo grego.

naval no Mediterrâneo, por, pelo menos, duzentos anos, a partir do fim do sexto até o termo do quarto século a.C.” (SIDEBOTTOM, 2012, p.50-51)

Desde os carros de combate do período micênico até a afirmação da *pólis* com os *hippeis* (os cavaleiros), as prerrogativas políticas e militares estiveram sempre nas mãos da aristocracia guerreira; com o desenvolvimento das tecnologias bélicas, a “Revolução Hoplítica” abriu essas esferas, antes exclusivas à aristocracia, a todo aquele que pudesse dispor da panóplia hoplítica, englobando médios e pequenos camponeses ascendentes. Essa abertura da esfera do poder a um grupo maior de terratenentes permitiu o desenvolvimento político, que levaria o poder da aristocracia para a oligarquia. Um século e meio mais tarde, no interregno entre as Guerras Médicas (490-480 a.C.), Atenas seria o palco de outra inovação, a “Revolução das Trirremes”. Esta sim alargou tanto às esferas de poder às camadas populares urbanas, que permitiu não somente o surgimento da democracia, como também a sua forma radical.

Como vimos, a guerra e a política estão ligadas de forma intrínseca, sendo na Grécia antiga um importantíssimo definidor cultural das formas de agir e pensar. O desenvolvimento das formas oligárquicas e democráticas de poder deve e muito às transformações nas artes bélicas. Porém, estas constituições políticas, estas formas de governo, na sua forma mais extremada (Esparta e Atenas), eram tão antagônicas que acabaram por dividir o mundo grego em dois blocos (oligarquia x democracia), por conta da Guerra do Peloponeso (431 – 404 a.C.).

BIBLIOGRAFIA

CORPUS DOCUMENTAL

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HERÁCLITO, in: BORNHEIM, G. **Os filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Cultrix, s/d., p. 35-46.

JENOFONTE. **Obras Menores**: La República de los Lacedemonios. Trad. Orlando Guntiñas Tuñón. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. Licurgo. vol. 1. Trad. Gilson César Cardoso. São Paulo: Editora Paumape, 1991.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNARI, Pedro Paulo. A Guerra do Peloponeso. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008. 19-46.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. No Espelho da Guerra. In: _____ (org.). **História das Guerras**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-18.

PONTIN, Patrícia Boreggio do Vale. O guerreiro grego e seu equipamento. In: CARLAN, Claudio Umpierre et al (Org.). **História militar do Mundo Antigo: guerras e culturas**. São Paulo: Annablume; São Paulo: Fapesp; Campinas: Unicamp, 2012. p.33-72.

SIDEBOTTOM, Harry. Assim como os pescadores fisgam o atum: a batalha naval na antiguidade. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu et al (Org.). **História militar do Mundo Antigo: guerras e identidades**. São Paulo: Annablume; São Paulo: Fapesp; Campinas: Unicamp, 2012. p. 39-76.

TESTI, Dario. La Segunda Guerra Medica desde una perspectiva militar. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo**. v.1, n.2, p. 10-29, 2012.

VERNANT, Jean Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.